

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 16/08/2022, págs. 1/21)

Dia: 23/08/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

- 1) Aprovação da Ata da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Acre

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

3) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

4) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

5) Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46
- Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
- Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 9) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiantes. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 11) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 12) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)
Recorrente: Gamil Foppel El Hireche
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz
- 13) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 14) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80
Requerente: Ademir Antonio Brunetto
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

16) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

17) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03

Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 20) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34
Requerente: Rainor Ido da Silva
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00675/2022-07 (Processo Sigiloso)
Requerente: Vitor Hanna Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Descumprimento do Estatuto da Deficiência pela banca examinadora. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2022-52 (Processo Sigiloso)
Requerente: Vitor Hanna Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Desconstituir o ato administrativo que considerou o requerente inapto na avaliação psicológica. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 23) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 24) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 25) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 28) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

29) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

31) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

32) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

33) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

34) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

35) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

36) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

38) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01185/2021-00
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
- 40) Proposição nº 1.01225/2021-60
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 41) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 42) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraná
- 44) Proposição nº 1.00477/2022-35
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público quanto à adoção de medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens, considerando os prejuízos advindos da pandemia da COVID-19, ao asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 45) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 46) Consulta nº 1.00953/2021-19
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Cumprimento da Resolução n.º 73/2011 – CNMP. Exercício de magistério por membros do Ministério Público. Realização avulsa, remunerada e desvinculada de entidade de ensino e de projeto pedagógico, de treinamentos, cursos, palestras e instruções.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 47) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 48) Pedido de Providências nº 1.00080/2022-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Lidio Soares Maciel
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato em face da Companhia de Engenharia de Trânsito – CET de Santos/SP. Arquivamento.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 49) Proposição nº 1.00138/2022-02
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.00188/2022-27
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.001645/2022-30. Apuração de irregularidades para início das aulas presenciais na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Suposto desacordo com o decreto estadual e contrato educacional firmado entre as partes. Pandemia COVID-19.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.00228/2022-95 (Recurso Interno)
Recorrente: Clerines Claro da Rosa
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Santa Catarina
- 52) Pedido de Providências nº 1.00350/2022-25 (Recurso Interno)
Recorrente: Danilo Antônio Amaral
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Ibaté. Alegação de recusa em ser ouvido por representante ministerial.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 53) Reclamação Disciplinar nº 1.00746/2021-64 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Movimento Independente Mães de Maio
Advogados: João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Raissa Carla Belintani de Souza – OAB/SP n.º 404.214
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará

- 55) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00085/2022-20
Requerente: Jose Carlos Guillem Blat
Advogado: Vinicius Guerbali – OAB/SP n.º 362467
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário nº 15/2019, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 56) Proposição nº 1.00326/2022-13
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 57) Reclamação Disciplinar nº 1.00553/2022-67 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Acre.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 58) Reclamação Disciplinar nº 1.00892/2016-87
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

- 59) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98
Requerente: Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa
Advogados: Thiago Brhanner Garcês Costa – OAB/MA n.º 8.546; Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA n.º 11448-A
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Maranhão
- 60) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 61) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Recurso Interno)
Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro; Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN Nº 70/2021.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.00213/2022-72 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Embargado: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ nº 2021.00633507. Apuração dos crimes previstos no art. 317 e art. 333, do Código Penal e art. 1º, § 1º, II da Lei n.º 9.613/1998 (corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro). Contratação da empresa NEOWAY por parte da BR DISTRIBUIDORA, na qual teria ocorrido o pagamento de vantagem indevida a deputados federais.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro

- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00427/2022-02
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.009.000017/2022-88. Inquérito Civil MPMG-0568.18.000.113-9. Apuração de eventual irregularidade em empréstimo concedido a funcionário contratado do Município de Paulistas/MG, pela Caixa Econômica Federal, através de convênio firmado com o Município.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Minas Gerais
- 64) Proposição nº 1.00478/2022-99
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 237/2021. Tratamento igualitário às gestantes e lactantes, bem como aos membros(as) e servidores(as) adotantes, assegurando a estes grupos de pessoas as mesmas condições especiais de trabalho.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 65) Conflito de Atribuições nº 1.00559/2022-99
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000478/2022-7 (SEI nº 29.0001.0094235.2022-58). 4ª Promotora de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Instauração de procedimentos para investigar a adequação de bicicletas às exigências do Código de Trânsito, identificando empresas localizadas na capital paulista.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Mato Grosso do Sul

- 66) Conflito de Atribuições nº 1.00583/2022-09
Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.13.000.001387/2019-26. Apuração de suposta poluição decorrente do despejo de esgoto sanitário sem tratamento em córrego destinado à drenagem de águas pluviais das unidades habitacionais do Residencial Parque Poranga, Etapa I e II e Residencial Jacarezinho I e II, situados na Rodovia AM-010, km 04, em Itacoatiara/AM, os quais foram edificados por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal (Programa Minha Casa, Minha Vida).
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Amazonas
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.00620/2022-06
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.000986/2022-03. Apuração de possível descumprimento de carga horária do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Uso indevido de automóvel para fins particulares. Município de Senador Georgino Avelino/RN.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Norte
- 68) Proposição nº 1.00622/2022-05
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a manifestação em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 69) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

- 70) Conflito de Atribuições nº 1.00650/2022-31
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 608.9.101692/2017. Apuração de suposta exploração irregular de areia na Fazenda Serrana Santa Maria, situada na zona rural do Município de Jitaúna/BA.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Bahia
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00712/2022-04
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Ação Penal nº 0000776-09.2006.8.24.0143. Carta precatória ministerial registrada na Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Campo/SC. Competência para execução penal da Comarca de São Paulo/SP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (23/08/2022)

- 72) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04
Requerente: Empresa Pedrosa Ltda
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP n.º 407.087
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho 6ª Região – PE
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica
Advogados: Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pernambuco

- 73) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01277/2021-09
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Advogados: Valdetario Andrade Monteiro – OAB/DF n.º 53281; Robson Sabino de Sousa – OAB/CE n.º 16.141; Miguel Leal Neto – OAB/CE n.º 24.160; André Arraes de Aquino Martins – OAB/CE n.º 18.568; Rodrigo Portela Oliveira – OAB/CE n.º 24.133; Vitor de Holanda Freire – OAB/CE n.º 19.556
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público Militar; Ministério Público Militar
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Manifestação ofensiva à figura da mulher. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00734/2021-02. Portaria CNMP-CN Nº 91/2021.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 74) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00152/2022-61
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00581/2021-01. Divulgação de mensagens em perfil pessoal na rede social "Facebook", com ofensas à honra e à reputação de ex-Presidente da República e Governador de Estado, bem como a Ministros do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 75) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00184/2022-02 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Determinação para retirada do art. 4º, § 1º, inciso II do texto da Resolução CNMP nº 223/2020. Regulamentação do programa de assistência à saúde suplementar dos membros e servidores do Ministério Público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 76) Pedido de Providências nº 1.00268/2022-73
Requerente: Município de Porto Velho
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Atuação. Recomendação nº 05/2020-21ªPJ. Conflito de entendimento sobre atendimento inicial feito pelo Conselho Tutelar ao adolescente que tenha cometido ato infracional. Município de Porto Velho/RO.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rondônia
- 77) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00300/2022-00 (Processo Sigiloso)
Requerente: Maria Tania Coelho da Silva Alves
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Alegação de omissão do Parquet estadual em executar sentença judicial. Possível negligência com menor de idade. Município de Petrolina.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Pernambuco
- 78) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00301/2022-56
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná; Gustavo Tuller Oliveira Freitas – OAB/PR n.º 54411; Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Manifestação descortês no âmbito de contradita em exceção de suspeição. Falta de urbanidade em relação à advogada.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 79) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00332/2022-43 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Caio Neno Silva Cavalcante – OAB/DF n.º 64.308; Mariana Milanesio Monteggia – OAB/DF n.º 66.133; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Suposta violação do dever funcional.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 80) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00334/2022-50 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
- Advogados: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Caio Neno Silva Cavalcante – OAB/DF n.º 64.308; Mariana Milanesio Monteggia – OAB/DF n.º 66.133; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448
- Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Suposta violação do dever funcional.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- 81) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00371/2022-78
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
- Advogado: Augusto Eduardo de Souza Rossini – OAB/SP n.º 92340
- Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Ataques ao Presidente da República. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00056/2022-40. Portaria CNMP-CN nº 25/2022.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Distrito Federal
- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00473/2022-10 (Recurso Interno)
- Recorrente: Associação dos Servidores do Ministério Público Federal
- Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
- Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regularização de ato administrativo. art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020. Art. 4º, da Portaria PGR/MPU nº 29/2021. Programa de assistência à saúde suplementar dos membros e servidores do Ministério Público.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- 83) Pedido de Providências nº 1.00511/2022-71 (Recurso Interno)
- Recorrente: Alexandre Oliveira de Magalhães
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Procedimento n.º 2020.00786297. Arquivamento. Alegação de interesse público da educação municipal do Rio de Janeiro. Alegação de possível interrupção dos serviços prestados por profissionais de Libras. Alegação de não repasse de verbas federais do FUNDEB – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Rio de Janeiro

- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00575/2022-63
Requerente: Rodrigo Fernandes Cruz Humberto
Advogado: Gabriel Ramalho Lacombe – OAB/DF nº 15110
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Solicitação por parte de Promotor de Justiça de Panamá/GO para residir em Itumbiara/GO. Indeferimento. Alegação de inexistência da Comarca de Panamá, após Resolução nº 178/2021, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Goiás
- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00599/2022-77
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requeridos: Ministério Público do Estado de São Paulo; Promotoria de Justiça de Jarinu
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.34.028.000045/2021-75. Apuração de irregularidades decorrentes do Contrato de Gestão nº 1/2014, firmado pela Prefeitura Municipal de Jarinu com a Organização Social (OS) Instituto Semear, para execução do Programa Saúde da Família, no ano de 2014.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00625/2022-76
Requerente: Antonio Rolemberg Feitosa Junior
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conselho Superior. Suspensão dos efeitos apenas do Edital de Remoção nº 09/2022. Desrespeito aos preceitos atinentes à LC nº 12/1994. Determinação para que o Edital de Remoção nº 09/2022 para o cargo de 3º Promotor de Justiça da Cidadania de Caruaru seja retirado do rol de movimentação. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Pernambuco
- 87) Conflito de Atribuições nº 1.00669/2022-79
Requerente: Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Procuradoria da República – Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 117.2018. Representação formulada pela Câmara Municipal de Vereadores de São José do Piauí, noticiando que gestores municipais efetuaram vultuosos pagamentos à empresa R. B de Sousa Ramos-ME e que o serviço pode não ter sido prestado ou que não foi prestado de forma satisfatória, resultando em prejuízo ao Município de São José do Piauí.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Piauí

- 88) Conflito de Atribuições nº 1.00778/2022-03
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Procedimento nº MPSP 43.0555.0001790/2022-0. MPRJ nº 2021.00774669. SEI 20.22.0001.0065461.2021-12. SEI 20.0001.0069073.2022-44. Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor. Mercado de combustíveis. Medida Provisória nº 1.063/2021.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Rio de Janeiro
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00779/2022-59
Requerentes: Miguel Germano Podanosche; Promotoria de Justiça de Tenente Portela
Requeridos: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul; Procuradoria da República no Município de Erechim/RS
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 01904.000.165/2022. Apuração de eventual crime de extorsão na localidade de Pedra Lisa, interior da Terra Indígena de Tenente Portela. Disputa eleitoral relacionada ao direito dos indígenas da Terra do Guarita. Direitos dos indígenas.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio Grande do Sul
- 90) Conflito de Atribuições nº 1.00780/2022-00 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Ministério Público do Estado do Amapá
Recorridos: Ministério Público Eleitoral e Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Ministério Público Eleitoral. Conflito positivo de atribuição. Processo nº 06000039-17.2021.6.03.0002, em trâmite no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá, no qual consta Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá como um dos investigados. Reclamação Disciplinar nº 1.01333/2021-33 – CNMP.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Amapá
- 91) Pedido de Providências nº 1.00782/2022-18
Requerente: Silas Pereira Missão
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Arquivamento da Notícia de Fato MPMG-0517.21.000052-0. Alegação de descon sideração de provas testemunhais por parte do Parquet.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Minas Gerais

- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00787/2022-96
Requerente: Sandro Leal Costa
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. 12º Concurso para ingresso na Carreira. Provisão de Cargos de Promotor de Justiça Militar. Anulação. Questão 02 do Grupo III. Provas subjetivas. Determinação para atribuição da pontuação aos candidatos ou reaplicação das provas. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 93) Conflito de Atribuições nº 1.00789/2022-01
Requerentes: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ricardo Rotunno
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório – PP nº 1.21.001.000147/2021-47. Apuração de funcionamento ilegal da Escola Municipal Francisco Meireles, em Reserva Indígena de Dourados/MS.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Mato Grosso do Sul
- 94) Conflito de Atribuições nº 1.00792/2022-62
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.28.300.000112/2018-87. Apuração de irregularidades do Programa Pró-Moradia no Município de Patu/RN.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00802/2022-97
Requerente: Ministério Público do Estado do Acre
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito de Atribuições. Notícia de Fato SAJ/MP nº 01.2022.00001592-0. MPAC nº 19.05.0004.0001711/2022-30. IDEA nº 003.9.77015/2021. Crime de Estelionato, vítima de "Golpe do WhatsApp". Vítima residente em Salvador/BA depositou valores em conta bancária, tais valores foram posteriormente sacados em agência bancária localizada em Rio Branco/AC.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Bahia

96) Conflito de Atribuições nº 1.00812/2022-31

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.30.001.000382/2019-95. Apuração de possível fraude à licitação no Pregão Presencial nº 004/2017 (Procedimento Administrativo nº 49/0000028/2017). Município de Belford Roxo. Aquisição de material de expediente para a Secretária Municipal de Educação. Utilização de verbas do salário-educação e do FUNDEB.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Rio de Janeiro

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público